



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA - S. PAULO

PARAGRAFO 4º. - Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição ou menos de 2 ( dois ) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida nos parágrafos anteriores, levando-se em conta os 3 ( três ) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

PARÁGRAFO 5º - Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do bem imóvel ou dos direitos sobre ele.

PARAGRAFO 6º - Não se considera preponderante a atividade para os efeitos do parágrafo 2o. deste artigo, quanto a transmissão de bens ou direitos for realizada em conjunto com a da totalidade do patrimônio da pessoa jurídica alienante.

PARAGRAFO 7º - As instituições de educação e assistência social deverão observar os seguintes requisitos.

- I - Não distribuírem qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado;
- II - Aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos sociais ;
- III - Manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar perfeita exatidão.

ARTIGO 5º. - Será devido novo imposto quando as partes resolverem a retratação do contrato que já houver sido celebrado.

ARTIGO 6º. - O contribuinte do imposto é o adquirente ou cessionário de bem imóvel ou do direito a ele relativo.

ARTIGO 7º. - São responsável solidariamente pelo pagamento do imposto devido:

- I - O transmitente e o cedente nas transmissões que se efetuarem sem o pagamento do imposto.
- II - Os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, desde que o ato de transmissão tenha sido praticado por eles ou perante eles.

ARTIGO 8º. - A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou valor venal atribuído ao imóvel ou aos direitos transmitidos, periodicamente atualizado pelo Município se este for maior..

PARÁGRAFO 1º. Não serão abatidas do valor venal quaisquer dívidas que onerem o imóvel transmitido.